

TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS SUBTERRÂNEAS NA FRONTEIRA DO ACRE (BRASIL) E PANDO (BOLÍVIA)

*Benedita Maria Gomes Esteves**

Resumo

Este artigo procura apreender dimensões, significados, sentidos da vida para migrantes brasileiros que, em diferentes momentos, deslocaram-se para área de cinquenta quilômetros entre o Acre (Brasil) e o Departamento de Pando (Bolívia). Seringueiros e agricultores migrantes, em busca de terra e trabalho, são identificados pelos “outros” trabalhadores seringueiros, assentados da Reserva Extrativista (área de preservação), como inaptos e impuros, sendo dessa forma duplamente impingidos a viver nessa condição. Para desenvolver esta pesquisa, recorri a histórias de vida e ao trabalho de campo, reunindo narrativas e diferentes linguagens para tornar visíveis formas de vida que permaneciam escondidas entre as árvores da floresta amazônica.

Palavras-chave

Seringueiros errantes; itinerâncias; culturas apartadas.

Abstract

The article on Paths of underground families tries to apprehend dimensions, meanings, senses of life for Brazilian migrants that, in different moments, moved to an area of fifty kilometers between Acre (Brazil) and Department of Pando (Bolivia). Rubber tappers and migrating farmers, in search of soil and work, are identified by the “other” rubber tappers, settled at the Extractive Reserve (preservation area), as inapt and impure, thus being doubly forced to live in that condition. To develop this research, I used life histories and field work, collecting narratives and different languages to render visible life forms that stayed hidden among the trees of the Amazonian forest.

Key-words

Wandering rubber; itinerâncias; separated cultures.

A motivação para estudar migrações em área de fronteira é consequência do meu interesse em compreender os movimentos migratórios de trabalhadores seringueiros brasileiros para o vizinho Departamento de Pando, na Bolívia, como parte de um processo de fragmentação de uma “comunidade de trabalho, no caso, os seringueiros”.¹ Comunidade que vivenciava formas de trabalho e sociabilidade, nos seringais da Amazônia brasileira e boliviana, tendo no passado a escravidão por dívida como forma de imobilização.²

Tal processo teve sua base de sustentação constituída em fins do século XVIII, pelos interessados na exploração das árvores de seringa. A ocupação do espaço acreano combinou a disposição natural das árvores de seringa com uma forma de apropriação da terra baseada na grande propriedade e antecede a anexação do Acre ao território brasileiro.³

Os migrantes nordestinos, mão-de-obra responsável pela produção do látex, foram recrutados, sem destino certo, pelos patrões seringalistas brasileiros para áreas de seringais,⁴ independentemente de limites políticos estabelecidos. Foi a disputa entre Brasil, Bolívia e Peru, episódio conhecido pelos brasileiros como “Revolução Acreana”, que definiu os limites políticos entre os três países. Gerações permaneceram nos seringais bolivianos, sobretudo na faixa de cinquenta quilômetros entre limites, área que pode ser caracterizada pelos sucessivos deslocamentos da população seringueira e agricultora como um espaço compartilhado por famílias que vivem subterraneamente.

Registra-se maior fluxo dessa população a partir de alguns acontecimentos: processo de ocupação da Amazônia, no final do século XVIII e início do XIX; por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com a migração dirigida em função das necessidades da produção de borracha e, ainda, com a penetração da frente pecuarista, no Acre, entre os anos de 1970 e 1980.

Em que pesem os conflitos que envolveram as disputas entre Brasil e Bolívia pela área produtora de látex, esses movimentos podem ser resumidos em dois: um no sentido da fixação, e outro, da expropriação. Dessa forma, essa área de “fronteira” torna-se parte integrante dos interesses dominantes no Brasil, mesmo que demarcada como solo boliviano. A presença de 30 mil brasileiros, majoritariamente seringueiros, a partir dos anos de 1970, é um exemplo claro do processo que Alfredo Wagner denominou exportação das tensões sociais da Amazônia para os países vizinhos.⁵ No Departamento de Pando, somente nesta última década de 1990, é que a frente madeireira e pecuarista age com maior visibilidade, desencadeando um processo violento de expulsão dos trabalhadores da floresta e camponeses, brasileiros e bolivianos, com consequências socioambientais similares às ocorridas na região amazônica brasileira.

Metodologicamente, a pesquisa teve a duração de quatro anos.⁶ Foram entrevistadas 260 famílias de trabalhadores brasileiros, além de ter sido realizado um longo trabalho de campo, privilegiando o estudo sobre as trajetórias migrantes através de histórias de vida. As narrativas explicitam a multiplicidade de ações que envolvem as lutas pela sobrevivência, o enfrentamento das dificuldades em meios adversos, as condições e representações dos migrantes sobre o mundo subterrâneo e os fatores que impulsionam os deslocamentos sucessivos.

As famílias selecionadas para essa reflexão são migrantes não somente do Acre, mas de outras áreas do país, como Mato Grosso e Maranhão, que vivem sob as mesmas condições diaspóricas. O fator comum que as caracteriza é a busca pela terra e pelo trabalho.

Olhando pro chão onde se pisa: os efeitos de lugar

O estudo sobre as trajetórias de famílias seringueiras nos seringais da Amazônia acreana e pandina coloca vários desafios, dentre eles o metodológico. Como proceder para apreender “realidades invisíveis ou inexistentes num confronto direto com realidades visíveis”? Como tratar de “realidades” negadas, tanto pelas autoridades brasileiras como bolivianas, uma vez que as famílias migrantes não são reconhecidas econômica e politicamente por ambas?

Tais questões poderiam ser respondidas com o auxílio das análises que permeiam os estudos sobre exclusão social, tratando da expropriação do trabalhador rural, considerando a penetração da frente agropecuária no Acre. Estudos que muito têm contribuído, mas não explicam as manifestações de sobrevivência desenvolvidas por essas famílias, da mesma forma que não explicam os espaços criados para viverem “clandestinamente” dentro da floresta amazônica, em terras que não lhes pertencem. O entendimento de quem são esses migrantes está próximo do que Bourdieu⁷ explicitou, ao escrever a introdução do livro *A imigração*, de autoria de Sayad,⁸

(...) o imigrante é atopus, sem lugar, deslocado, inclassificável (...) nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social.

Os espaços recriados, historicamente, correspondem não somente ao processo de fragmentação dessa comunidade seringueira, mas à diferenciação social, política e econômica em curso no mesmo espaço amazônico ou mesmo ecossistema. Refiro-me às diferentes posições que atualmente ocupam os trabalhadores seringueiros: os que vivem nas Reser-

vas Extrativistas (áreas de preservação ambiental) e os que vivem nos limites de fronteiras, nas periferias das cidades e, particularmente, na floresta de Pando. As inquietações manifestam-se diante de realidades díspares, percebidas nas diferenças criadas num contexto de fortalecimento e fragmentação dessa comunidade de trabalho, em que lideranças e técnicos envolvidos não perceberam ou aceitaram as “di-visões”,⁹ sobrepondo outra delimitação física do território ao nacional, quando da demarcação oficial das áreas de preservação como um diferenciador.¹⁰

Ter acesso à floresta com os direitos reconhecidos, bem como a criação de instrumentos legais como Plano de Uso dos Recursos da Reservas, que instituem normas e posturas para as famílias assentadas na Resex, significam a criação de uma linguagem diferente e a demarcação de um território com entrada e saída controladas jurídica e socialmente – um enquadramento próprio da nova posição de guardião da floresta.

O esforço de sistematização deste estudo considera tanto o processo de redefinição dos espaços agrários, quanto suas distinções, não tanto pela “di-visão” geopolítica como espaço físico, definido pela exterioridade mútua das partes, mas pelo espaço social definido na exclusão mútua das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposições.¹¹

Nesse sentido, o entendimento do processo migratório pode ser percebido como “efeitos de lugares”, pois o que acontece nos cinquenta quilômetros da área de fronteira entre Brasil e Bolívia encontra seus princípios em outros espaços. Percebe-se a retradução, no espaço físico, da estrutura do espaço social que se manifesta nos diferentes contextos, sob forma de oposições espaciais, hierarquizadas, num indicativo dos múltiplos sentidos que a fronteira adquire.¹²

As estratégias que justificam o mundo subterrâneo

Neste artigo, selecionei situações que sinalizam estratégias que traduzem a projeção da dimensão humana, que expressam viveres entre a realidade e o desejo, no sentido de uma aspiração. Tais manifestações são encontradas nas mais diferentes linguagens, em espaço caracteristicamente marcado pela tensão e pela violência. Na vasta extensão dessa faixa de fronteira surpreendem-se distintas relações e situações.

Os brasileiros que migraram para áreas mais distantes das cidades e que dependem dos rios, vivem apreensivos, aguardando autoridades bolivianas que, periodicamente, visitam-nos para cobrar os impostos: a estrangeira, imposto anual que garante a permanência

e o uso da terra, e o imposto sobre a produção, correspondente à área plantada e à criação. A estrangeira é obrigatória para todos imigrantes, pesando sobre crianças e idosos sem recursos e formas de sobrevivência.

A espera de algo ou de algum acontecimento, no Brasil ou na Bolívia, que altere a situação ganha sentido não somente em palavras – utilizam expressões como “se”, “talvez”, “espero”, “seria bom”, “seria muito proveitoso” – insistentemente pronunciadas, assim como em gestos de falar com os braços cruzados, em olhares perdidos nas curvas dos rios. O medo, entretanto, é de serem expulsos, seja pelas autoridades bolivianas, seja pelos madeireiros.

(...) aqui a gente fica sempre esperando a chegada deles (madeireiros). Antes era só o imposto, mas agora eles vêm e tiram a madeira de dentro da colocação da gente. Isso me revolta, mas eles dizem que nós não temos direito, que não somos bolivianos e vão levando (...) se o governo boliviano fosse correto, nada disso acontecia; agora essa terra aqui é nossa, ela foi emprestada pelo Plácido de Castro (herói da Revolução Acreana) por vinte e cinco anos, lá mais em cima tem um marco e é a partir de lá que é da Bolívia, talvez esse seu trabalho (falando com a pesquisadora), se você escrever tudo isso que estou lhe dizendo, quer dizer mostrando.... (A. L., 50 anos, acreano, seringueiro)

A diferença entre essas famílias e as que vivem mais próximas das cidades, onde as estradas e ramais já estão construídos, é o enfrentamento com esses personagens, que ocorre com frequência. Em algumas áreas, como nas proximidades do município brasileiro de Capixaba, onde os limites são muito tênues, marcados por um ramal, os antigos seringais estão sendo desmatados e os brasileiros sendo expulsos sem direitos a indenizações. Vale uma ressalva: os únicos bolivianos encontrados nessas áreas são de uma comunidade indígena, com sua terra legalmente protegida, mas cercada pelos desmatamentos.

Essa tentativa de “controle” sobre as terras bolivianas provoca uma questão essencial: a de que a “Revolução Acreana”, coincidentemente tão comemorada em seu centenário (2002) pelo governo do Acre, para essas famílias sem terra ainda não acabou; elas estão dispostas a lutar novamente. Segundo esses entrevistados, é preciso inventar um outro Plácido para lutar contra os bolivianos. “Foi Plácido quem garantiu os direitos de ser brasileiro e seringueiro e aquele pedaço de terra estava apenas cedido por vinte e cinco anos.”

Dessa forma, é possível entender por que Plácido de Castro tornou-se um mito para os trabalhadores do látex,¹³ não somente evidenciado por essas falas, mas pelos depoimentos dos ex-combatentes da “Revolução” arquivados no Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade (Ufac). Concretamente, o sentimento que prevalecia durante

a luta pela anexação do Acre era motivado pela possibilidade de ter acesso à terra, aspiração que a idéia de nação lhes roubou, da mesma forma que Plácido encarna o herói morto ainda durante o processo de consolidação da chamada “Revolução”.

Inseridos na luta pela anexação ou na luta pela manutenção da identidade de seringueiro e brasileiro, a conquista, que seria dos seringueiros, foi apropriada pelos heróis, políticos e detentores do capital econômico. A sociedade da borracha era definitivamente brasileira. Entretanto, o sonho não se realizou: a terra é brasileira, mas nada lhes restou, a não ser o trabalhador escravo da dívida e o expatriado.

O significativo está na forma como os herdeiros trazem para o presente tal posição.

Eu sempre fui seringueiro, aprendi com meu pai que aprendeu com o meu avô. Sempre um ia aprendendo com o outro, não sei se gosto ou não, mas é o que eu sei fazer. A história da luta dos brasileiros aqui nesse pedaço de terra (Bolívia) é mais antiga que o meu avô, porque ele era quase um rapaz quando teve a guerra... (G. A., 60 anos, acreano, seringueiro)

Além de toda a simbologia, que requer uma herança cultural, a memória surge como um instrumento poderoso, mais que esclarecedor do passado, objetivada na luta contra a expropriação em terras bolivianas. Tal simbologia, coincidentemente, também é identificada na argumentação dos seringueiros que lutaram pela terra no Brasil, conquistando as Reservas Extrativistas. A diferença é que, na Bolívia, os brasileiros têm consciência de que estão em outra nação e que nenhuma força política seria capaz de apoiá-los. A Revolução Acreana não aconteceu para essas famílias ou é a vingança dos bolivianos? Ou seria um anacronismo da história?

Na Bolívia, eles se constituem enquanto um grupo, mesmo que essa identidade de trabalhador não esteja projetada (para fora) no sentido político. Entretanto, a nacionalidade apresenta-se como condição, tanto dos brasileiros quanto dos bolivianos. O nacionalismo é usado pelos dirigentes bolivianos para justificar a retirada daqueles que não se tornaram bolivianos, da mesma forma que esses brasileiros se apropriaram da imagem e do ideal do nós, de serem superiores em relação aos trabalhadores bolivianos, quando afirmam que “bolivianos são preguiçosos, incapazes de plantar, de cortar seringa... e que bons são eles, os trabalhadores”.

Uma outra manifestação de revolta recai sobre o governo, sobretudo por parte dos migrantes nordestinos que chegaram ao Acre como soldados da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial. Para esses, o fato de terem trabalhado nos seringais da Bolívia não invalida sua aposentadoria, pois muitos afirmaram que trabalharam para patrões brasileiros e que a borracha e a castanha eram escoadas para o Brasil. Descaso que questiona a nacionalidade mantida em terras bolivianas, como a persistência em manter-se brasileiro,

em não registrar os filhos, sobretudo do sexo masculino, para não “servir ao exército boliviano”. Nacionalidade investida da glória de ser soldado da borracha, motivo do alistamento militar no Nordeste, de toda a encenação que os envolveu no deslocamento para o Acre ou para os seringais bolivianos.

A negação do discurso utilizado como estratégia de ocupação dessa fronteira, do homem trabalhador *versus* homem preguiçoso, implica o não-reconhecimento dos direitos à indenização. Descaso que também nega a forma e a condição de trabalhador e, conseqüentemente, o direito à terra. Dessa forma, os elementos do processo de exclusão estão dados: negação da terra, do trabalho e da nacionalidade.

Ser e manter-se brasileiro era e é o traço diferenciador nos seringais da Bolívia, que sintetiza o conflito mais intenso, não aberto, como no caso da expulsão da terra. Como afirmou o entrevistado: “*Nós convivemos, mas somos como cão e gato*”. Não é a disputa pela terra, apesar de latente, mas a aceitação da ideologia fomentada na disputa pelo território do Acre que permanece na mente de brasileiros e bolivianos. É essa que adquire consistência no discurso que apresenta esses brasileiros como os desbravadores da fronteira, mesmo que em processo consciente de que a terra não lhes pertence ou, ainda, na construção de um discurso ideológico sobre a legitimidade da ocupação.

Na história oficial, foram os brasileiros os primeiros ocupantes dos seringais da Amazônia sul-ocidental. Este é um forte argumento que sustenta a ideologia da anexação do Acre ao território brasileiro, cristalizado no processo que legitimou os mais fortes, os vencedores, não somente pela bravura, mas por direitos, uma vez que foram os brasileiros quem sofreram as intempéries, as mortes e as moléstias na luta contra a natureza e os índios. O curioso não está no discurso que requer a terra por herança, uma vez que muitos outros trabalhadores das frentes de ocupação já o fizeram, como inúmeros autores registraram, mas na sua apropriação em diferentes momentos da história dos seringueiros, num processo de romantização dessa luta. Tal discurso, coincidentemente (ou não), é o argumento que os seringueiros utilizaram nos anos de 1980 para justificar o direito de uso e posse da terra na luta contra os “sulistas” ou contra os “de fora”, “o estranho”, quando da luta pela terra e conseqüente criação das Reservas Extrativistas.

O discurso dos direitos sobre a terra, que embala cada processo da ocupação e reocupação da terra, no processo de expansão da fronteira que se move em conseqüência da exploração da borracha e da castanha associadas à roça, adquire toda a densidade dos tempos históricos que se entrecruzam no eterno desejo de possuí-la. A fronteira é empurrada, sobrepondo-se às frentes anteriores, caracteristicamente de exploração do látex, iniciadas no final do século XVIII. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com as frentes

pioneiras, sua dimensão econômica é secundária, aproximando-se do entendimento de Souza Martins,¹⁴ sobre a fronteira como fronteira da humanidade, no sentido do confronto da condição humana e de concepções de humanidade.

Ou seja, além de ser um lugar do contato e antes de ser um lugar geográfico é, sobretudo, um lugar simbólico para onde os homens encaminham-se cheios de esperanças ou ávidos de cobiça. Lugar de novas construções sociais e, nessas circunstâncias, lugar de tragédia. A fronteira, como definiu Bourdieu,¹⁵ não seria apenas produto de um ato jurídico de delimitação inscrito na materialidade física de um determinado território, mas o lugar da heterogeneidade, em que se produz e reproduz a diferença cultural.

Os personagens e suas representações sobre o mundo subterrâneo

A migração sucessiva das famílias entrevistadas pode ser explicada pelos depoimentos dos próprios entrevistados. Viver subterraneamente entre os limites dos dois países, tanto pode ser entendido como o local apropriado para a reprodução da migração, por ser o não lugar enquanto consequência de um processo de negação da reforma agrária e dos direitos à cidadania, quanto a combinação desses fatores explicativos da ilusão da migração fomentada pela provisoriade, como mencionado.

(...) eu estudei três meses. Com 13 anos tive que trabalhar e meu pai vivia de um canto pro outro (...) com essa idade meu pai morreu e tive que criar meus irmãos, só depois casei (...) saí da Bahia, paramos numa cidade chamada Feira, no Estado de Goiás, depois fomos pro Maranhão (...) meu pai trabalhava pela terra dos outros assim que nem eu. Eu faço que nem a história do outro, desde pequenininho eu sou sofrido (...) Antes de chegar aqui eu trabalhei de meia, vim do Amazonas na tentativa de conseguir a terra. Não consegui porque me disseram que estava fora de época. Daí o pessoal disse: "Rapaz, vai pra Bolívia, lá tu consegue uma colocação, corta seringa, quebra castanha". Ai, eu fiquei pensando: eu queria uma terra no Brasil e vou pra Bolívia? Mas do lado brasileiro eu trabalhei de meia na Estrada Velha (Xapuri), depois Epitaciolândia, fiquei trabalhando pra um, pra outro, sem canto certo. Ai resolvi e vim. Nisso, estou com dezoito anos de Bolívia e nada de melhoria, porque os bolivianos só "acoçam" cada vez mais (M. E. S., 58 anos, baiano, agricultor)

(...) eu vim pra cá porque lá do lado brasileiro, onde eu trabalhava, também não tinha terra e lá era tudo fazenda e eu sou meio intrigado com fazendeiro porque fazendeiro só procura pegar o trabalho da gente e não dá valor ao pobre, você sabe disso (...) ai, eu saí pra cá pensando que era mais fácil conseguir terra. Bolei por lá uns dois anos. Ai, me falaram de Rondônia que estavam dando terra, e pensei: "Vou pra Rondônia". Cheguei lá e nada, fui subindo e também nada... eu já não queria mais terra, já sei que não vou conseguir, fui

trabalhar que nem esses peões, por aí. Fui trabalhar em firma, seis meses numa, a S. Monteiro, adiante de Manaus, perto de Roraima. Fui embora pra atrás de novo (voltou para Amazonas), parei no Humaitá, trabalhei no Acará, firma. Vim mais pra trás e cheguei outra vez no Acre e nada. Fui pra dentro da Bolívia mesmo, sempre lutando pra sair e não consigo. Agora vou porque estão me expulsando... eu, minha vida pode-se dizer é sem rumo, onde vai o vento... (D. E. S., 55 anos, cearense, seringueiro)

(...) a vida de pobre é divertida, o cara veve, já não tem nada mesmo, ele não tem paradeiro, ele já veve, com saco nas costas, qualquer coisa ele já sai daqui e vai pro outro lado. Ali, encostado no local do vizinho, ele pastora, ali no meio dos dois. Ah! Não gostou dele? Manda ele tocar pra frente. E pega o saco nas costas e “vamo” tocar no meio do mundo. Esse é o problema, então a vida do pobre é uma vida divertida, né? Vida tranqüila, só veve pedindo abrigada, que nem boi fujão que gosta de amoiatar. A vida é triste mas é divertida... eu já estou de saco cheio da gente viver assim. Se a gente cria, por exemplo, uma galinha, porco, não tem valor porque eles não deixam trazer pro Brasil e compram por qualquer coisa (valor), então como se pode viver num lugar assim? Não pode, e pode porque se não tem pra onde ir a gente tem de viver ali, crivado, mas ali. Na rua (cidade) não podemos ficar de cara pra cima... (D. J. M., 60 anos, acreana, seringueira e agricultora)

Viver subterraneamente é também manter a esperança de que a terra ainda poderá lhes pertencer, tanto pelas constantes buscas, quanto por estar diretamente inserido em contexto no quais a questão da terra é definidora de situações e posições. Essa tensão de viver nos limites é, ao mesmo tempo, uma negação, que mantém a condição de viver sempre na provisoriedade. A imposição da migração como alternativa à sobrevivência causa revolta e sentimento de impotência. Tais sentimentos influem nos comportamentos. Os entrevistados agem no sentido de apenas viver cada dia, o passado é dimensionado pela mesma busca do presente e o futuro é a espera incerta.

A luta é para sobreviver fugindo da “estrangeria”, dos fazendeiros, madeireiros ou da cidade, um lugar totalmente desconhecido. Mas não somente a cidade é estranha, outros trabalhos que não incorporem o saber adquirido são percebidos como indignos, assim como outras categorias de trabalhadores – os “peões” e “gatos” –, pela relação com as fazendas e os desmatamentos. Trabalho fora do mundo rural somente se justifica pela extrema necessidade de sobrevivência diante da peregrinação em busca da terra, lógica que faz parte da representação sobre o fazendeiro como um oponente, uma espécie de inimigo que os impede de alcançarem a terra para trabalhar; ele é o agente dominador e causador de tal situação, que os obriga a deslocarem-se, a “mendigarem” a terra no Brasil, no Inkra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e nos sindicatos próximos.

A família é a única companhia, mesmo que parentes sejam perdidos nas trajetórias desses migrantes. Constitui-se na grande motivação para continuarem a busca por um lugar próprio, que lhes possibilite mantê-la unida. A luta incansável pela manutenção da estrutura familiar torna-se estratégia de sobrevivência, não somente física, mas social, diante das adversidades e privações. Nesse sentido, a reprodução biológica adquire a dimensão de garantia da condição humana, como uma das raras compensações, a da satisfação pela vida e do prazer sexual.

Nas trajetórias dessas famílias, o esforço físico despendido no trabalho agrícola (roça), na construção da casa (tapiri) e em pequenas criações domésticas (quando é possível) é perdido quando se deslocam de uma área para outra, sobretudo se retornam ao Brasil, pois não existem indenizações. Os “bens” ou as “melhorias”, como afirmam os entrevistados, não podem ser transportados e nem sair das terras bolivianas. Quando são criadas algumas cabeças de gado, os prejuízos são maiores ou correm o risco de transportá-los clandestinamente. Portanto, se as estratégias relacionadas ao sustento da família aparecem como condição primeira, a reprodução biológica lhe dá o *status* e a satisfação necessária para os papéis de pai e mãe, um dos poucos papéis de identificação entre si.

A fala desses migrantes traz à tona o caráter-limite das situações vivenciadas na condição de imigrante, ao mesmo tempo que expressa a representação de si como alguém sem rumo, um objeto jogado de um lado para outro ou mesmo um boi que “vai sendo tocado”. As falas também assinalam a autocensura de forma sarcástica, quando ironizam a forma “divertida” de viver com o “saco nas costas,” ao mesmo tempo que recusam tal forma de vida.

(...) “meu pai vivia de um canto pro outro; fiquei trabalhando pra um, pra outro; sem canto certo”; “Bolei por lá uns dois anos”; “a vida de pobre é divertida, o cara veve, já não tem nada mesmo, ele não tem paradeiro, ele já veve, com saco nas costas, qualquer coisa ele já sai daqui e vai pro outro lado”; “vida do pobre é uma vida divertida, né? Vida tranqüila, só veve pedindo abrigada, que nem boi fujão que gosta de amoiatar. A vida é triste mas é divertida... eu já estou de saco cheio da gente viver assim”.

A fala, marcada por fortes expressões, denuncia uma situação de quem vive no limite, de quem é obrigado a suportar imposições e coações pelas incertezas; forma de vida que rompe com parâmetros anteriores pela inexistência de alternativas: “o crivo”, “poder e não poder” são expressões que dão sentido às relações vivenciadas. Tais expressões traduzem experiências que, antes de serem sistematizadas neste trabalho, foram incorporadas pelos entrevistados. Viver com o “saco nas costas” significa também que essas famílias estão esperando um próximo deslocamento, refazendo o mecanismo da migração. A expressão “o saco nas costas” os desqualifica, pois é utilizada comumente para animais de carga, como

burros, cavalos ou bois, que muitas vezes carregam sacos demasiadamente pesados. Para os entrevistados, a vida é uma sobrecarga indistintamente associada a sua condição de trabalhador errante.

O encontro no sindicato e a sentença de permanecer “sem terra”

Empurrados de Pando pelos madeireiros e fazendeiros, esses trabalhadores tentam retornar para o Acre. Inscrevem-se nas filas do Incra, procuram parentes nas periferias das cidades e até dirigem-se aos sindicatos de trabalhadores rurais, como o de Brasília, mesmo nome da cidade que faz divisa com a capital de Pando, Cobija. Em outubro de 2002, cinco famílias permaneceram acampadas neste Sindicato, por dez dias, na tentativa de conseguir uma área (colocação) dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes – Resex.

Os líderes do STR, sentindo-se pressionados, convocaram uma reunião para “discutir a situação dos ‘brasivianos ou brasileiros’”. As cinco famílias transformaram-se em 180 rapidamente, cuja metade veio da periferia. Os participantes da reunião ficaram divididos entre os “brasivianos/convidados” e a diretoria do Sindicato e os técnicos do governo federal – Ibama/CNPT (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente/Centro Nacional de Populações Tradicionais) – e estadual, Seater (Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Nessa reunião, pela primeira vez, excetuando-se pesquisadores e jornalistas, os convidados foram denominados “brasivianos ou brasileiros”. Tal denominação, assim como qualquer outra, era rejeitada pelos migrantes. Entretanto, é diferenciadora. Ela os coloca na condição de estranhos ou de filhos pródigos desejosos de retornar a sua casa, e, assim, numa condição de inferioridade e de culpa. Durante os três dias desse encontro, observei atentamente os gestos, os momentos das falas e as ausências, sobretudo após o segundo dia, caracterizado por um certo esvaziamento da reunião, com a retirada silenciosa de um número significativo de trabalhadores “convidados”, motivo para reforçar a visão dos técnicos e das lideranças que argumentavam sobre o seu despreparo para viver na Reserva Extrativista, por ser uma área de preservação.

Com muitos argumentos técnicos sobre a estrutura da Resex pelos líderes e técnicos presentes, os participantes “convidados” apenas escutavam, ora de cabeça baixa ou com a testa enrugada, ora com as mãos no queixo ou esfregando as mãos, quase sempre com as mãos entre as pernas ou de braços cruzados. Expressões que indicam comportamentos introjetados, a partir de vários sentimentos e inseguranças ou antecipadamente antevendo um resultado catastrófico. Os braços cruzados indicam autodefesa, as mãos espremidas

entre as pernas traduzem dor, cansaço e também inquietações. Distribuídos em forma de círculos, pronunciavam-se obedecendo à ordem do círculo ou quando indagados. Seus gestos e movimentos fazem lembrar as considerações de Antonacci,¹⁶ tratando a temática da presença de imigrantes espanhóis em São Paulo, quando se refere às posturas corporais como expressão subjetiva dos modos de viver e trabalhar em terras estranhas.

Todo o discurso dos líderes e técnicos da Resex recaía sobre o uso dos recursos naturais, fator diferenciador na trajetória dos seringueiros ou da fragmentação dessa comunidade de trabalho. Diferenciador que evidencia uma forma de inserção dessa categoria numa nova posição social, a de assentados da Resex, conquistada a partir da luta pela terra por parte dos arautos de um novo modelo de uso da terra para a região amazônica, com base nos princípios do desenvolvimento sustentável. Diferenciação também fundada na discriminação e na negação do outro que se incorpora nesse princípio de sustentabilidade. Tal princípio legitima a presença de técnicos e das lideranças que se impõem, através do discurso sobre as regras de uso e controle dos recursos naturais, estabelecidas no Plano de Uso da Reserva.

As falas de líderes e técnicos eram complementares. Explicaram, insistentemente, que a Reserva seguia normas estabelecidas pelo Plano de Uso, as quais eram fiscalizadas. O Plano de Uso foi muito discutido entre os moradores antes de ser aprovado. Ressaltavam que a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Brasília (Amoreb) era responsável pela administração do Plano e que, para assentar um novo morador, seria necessária a aprovação de cada comunidade, dependendo da área. Esse discurso legitimador de uma ordem era transmitido sem interrupções, sob os olhos atentos dos “convidados”, que acompanhavam os gestos como num monólogo. Entendendo os silêncios como consentimento, continuaram explicando: cada família somente poderiam desmatar 2% de cada colação e isso era um problema, porque as pessoas que vivem fora da Resex não entendem essa lei que serve para preservar e garantir o futuro dos filhos e netos.

Segundo os oradores, os trabalhadores fora da Resex desmatam de forma exagerada, sem respeitar a legislação, e sua mentalidade é diferente. Após o discurso sobre o que é proibido, destacaram as conquistas, tais como: crédito para custeio e para cobrir despesas de reabertura das estradas de seringa que estão sem ser exploradas, para aquisição de animais, equipamentos, etc. Ressaltaram o apoio do governo atual, que vem incentivando a produção de borracha com o pagamento do incentivo de quarenta centavos pelo quilo do produto. Segundo os mesmos, a produção aumentou e ninguém deseja desmatar para agricultura, tendência contrária aos anos anteriores, em que muitos pararam de cortar seringa para cultivar produtos como arroz, feijão, milho e mandioca, basicamente.

Por fim, explicitaram um outro “temor” relacionado também à sustentabilidade da Resex. As famílias subdividiam suas colocações entre os filhos adultos que iam casando. Por exemplo, uma colocação com quatro estradas de seringa é reduzida a duas e cada família que vai se constituindo desmata mais 2% da área, pois necessita do roçado e de um pequeno pasto para garantir a alimentação. Mencionaram também a concentração de famílias nas áreas próximas às estradas de seringa e ramais. Desse modo, as colocações vão perdendo sua característica e os seringueiros passam a se transformar em pequenos pecuaristas e agricultores. Em função dessas questões, as colocações desocupadas estão distantes, a três dias de viagem para Brasília, mas a vantagem de ser um assentado é que é possível negociar com o governo o crédito para a abertura de ramais, a compra de animais, entre outras.

Se a fala dos líderes e técnicos tinha esse conteúdo de fechamento das possibilidades, a dos “convidados”, os que conseguiram se expressar, foi marcada pelos relatos das dificuldades, das ameaças, dos altos impostos cobrados, das proibições e da insegurança em que estavam vivendo. Discurso reforçado pela identidade nacionalista, pois, mesmo diante das pressões e privações, orgulham-se de ser brasileiros. A prova é de que seus filhos são registrados no Brasil, assim como a produção é escoada para o nosso país.

O significado do silêncio pode ser traduzido quando começaram a se dispersar e voltar para a Bolívia, sorratamente, sem sequer preencher um cadastro, orientado pelo STR como forma de localizá-los, posteriormente, onde colocariam a opção de assentamento, se Resex ou Incra.

Outra postura que se manifesta na fala dos “convidados” é esclarecedora da condição de migrantes. Estes mencionavam fatos que justificavam a migração como se confessassem o resultado de atos de desagravo. Nesse momento foi possível entender, claramente, por que eles resistiram tanto tempo em manter a identidade da nacionalidade: a possibilidade de retornar ou de adquirir terra no Brasil, associada ao sentimento de rivalidade entre brasileiros e bolivianos em consequência da anexação do Acre ao país.

Um dos argumentos refere-se aos acontecimentos ocorridos nos anos de 1970/1980, quando da expansão da frente pecuarista e de expansão capitalista, em que milhares de extrativistas foram expulsos de suas colocações; outro argumento está relacionado às crises do extrativismo da borracha e à produtividade da seringueira no Brasil. A superexploração das árvores reduziu a quantidade de leite, caindo assim a produção. A procura de um bom patrão também foi fator de migração. Um registro curioso está na justificativa de que foram os pais de alguns dos presentes os que primeiro migraram para essas áreas, continuando o trabalho nesses seringais sem nunca terem cortando seringa no Brasil, apesar de serem brasileiros.

Considerações finais

A reunião no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília (STR),¹⁷ onde a pauta era “para tratar do caso dos brasileiros que viviam na Bolívia, os ‘brasivianos’”, foi uma espécie de “rito de passagem”, por revelar situações que elucidaram não somente a hierarquização dos espaços, como também “o estranhamento” entre os moradores assentados e os “migrantes/convidados”. A partir de então tornou-se perceptível um processo de alienação de si e dos espaços definidos na luta pela terra, onde ninguém se reconhece como igual.

O estranhamento que produz a visão do outro, nesse caso, reforça a condição de “migrante”, agora não mais imposta por fazendeiros e madeireiros, mas pelos próprios trabalhadores sindicalizados, que há apenas trinta anos compartilhavam o mesmo espaço e as mesmas privações impostas pelos patrões-seringalistas. Os trabalhadores seringueiros da Resex, representados pelas lideranças, ao negarem a possibilidade de assentar tais famílias, mantêm a condição de provisoriedade, categoria básica para o entendimento da condição de migrante, como estudou Sayad.¹⁸ Provisoriamente mantida pela “ilusão”, nesse caso, não somente de três parceiros, a saber: a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e “os próprios emigrantes/imigrados”, mas também dos trabalhadores seringueiros – guardiães da floresta, agentes do desenvolvimento sustentável na região.

Refiro-me à alteridade e à particular visibilidade do Outro, daquele que ainda não se confunde conosco, nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do “nós”, no sentido em que Hall¹⁹ define a diáspora, que se apóia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundada sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção do Outro e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora.

Na ampliação deste trabalho, ainda cabe mencionar o viver nos limites como condições de vida subterrânea, não somente nessa fronteira, mas na própria periferia das cidades do Acre, idéia que desenvolvo a partir das ambigüidades que daí se originam. Como enfatiza Souza Martins,²⁰ evidenciando que a fronteira não se reduz a limites geográficos. Fronteira de muitas e diferentes delimitações: da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), do espaço, de culturas e visões de mundo, de etnias, da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano.

Como pesquisadora foi um choque perceber que, atravessando um pequeno rio, de dez metros de largura (Chipamano) ou apenas um ramal (Brasil-Bolívia), estaria diante de situações em que o ser humano está em seus limites. Foi diante das múltiplas e fragmentadas realidades da fronteira que me deparei, claramente, com as dificuldades do que é fazer história, a história das ações que superam necessidades sociais, transformam as relações sociais e criam a humanidade do Homem.

A diversidade de situações que se entrecruzam somente pode ser percebida através dos contextos que recobrem as diferentes linguagens. A multiplicidade de experiências, como característica das famílias estudadas, também constitui um dos aspectos conflitantes para o pesquisador, mas ao mesmo tempo enriquecedor, por permitir traçar comportamentos comuns e contraditórios. Nesse sentido, o contexto é também uma referência histórica, além de organizador de relações sociais.

Tornou-se perceptível, igualmente, que uma problemática sociológica é apenas uma noção que serve para iniciar um trabalho, pois, ao se privilegiarem os trabalhadores que vivem escondidos nas sombras de grandes árvores, os limites de suas ações extrapolam não somente as problemáticas definidas pelo pesquisador, como as do próprio contexto.

A noção de contexto revela-se subjetiva. Talvez pela imposição, as práticas sociais tornam-se imprevisíveis, pois ocorrem nos limites entre os encontros e os desencontros das buscas e estratégias de sobrevivência das famílias entrevistadas.

Recebido em setembro/2003; aprovado em setembro/2003

Notas

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Acre e pós-doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a tutoria da Profa. Maria Antonieta Antonacci.

¹ Comunidade ou grupo de trabalhadores é uma das formas de dizer grupo de identidade, de destino ou de fazer uma homologia entre eles e as relações marcadas por uma trajetória, uma condição de vida comum, assim como são comuns valores como a solidariedade, a reciprocidade, a cumplicidade. Uma comunidade igualmente recortada por outras unidades de identidade fundamentais, como a família, os vizinhos, a religião, que ora são complementares, ora são dilacerantes das fronteiras imaginadas como constitutivas da comunidade de trabalho.

² ESTEVES, Benedita. *Do Manso ao Guardião da Floresta, um estudo de caso a partir da Reserva Extrativista Chico Mendes*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.

³ A denominada "Revolução Acreana", liderada pelo gaúcho Plácido de Castro, teve seu término em 1903.

⁴ Um seringal pode ser definido como uma grande unidade administrativa, composto por muitas colocações de seringa (unidade de produção), onde moram os trabalhadores seringueiros envolvidos no trabalho da fabricação da borracha ou do látex.

⁵ Alfredo Wagner B. de Almeida, um dos primeiros pesquisadores a chamar a atenção para as áreas de fronteira na Amazônia, define a migração de trabalhadores brasileiros para os países vizinhos como um processo de exportação das tensões sociais, explicada como resultado de uma negação da Reforma Agrária, no Brasil. Consultar texto do pesquisador: "A continentalização dos conflitos e transformações na geopolítica das fronteiras". *ABRA*, v. 23, n. 3, set./dez.1993.

⁶ Durante os trabalho de pesquisa, obtive apoio do Setem/PZ/Ufac (Setor de Mudanças Globais e Uso da Terra, coordenado pelo pesquisador Foster Brown), Coordenação de Pesquisa da Ufac (Marco Antonio), CDIH/Ufac (coordenado pelo pesquisador Gerson Albuquerque), Universidade de Pando, CNPq/Pibic. Dos bolsistas que iniciaram a pesquisa, somente Paulo Roberto Nunes Ferreira permaneceu. Ele desenvolveu sua monografia de conclusão de curso sobre a mesma temática. Ainda com Ocimar Leitão, também aluno bolsista, realizamos outras atividades sobre esse tema: exposição de fotografias, palestras e um documentário, “A Verdade em Deus”, que trata da trajetória de uma das famílias entrevistadas.

⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. “Prefácio”. In: SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo, Edusp, 1991, p. 11.

⁸ SAYAD, Abdelmalek, op. cit.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1998, p. 108.

¹⁰ Idem. *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1993, p. 159.

¹¹ Idem. *O poder simbólico*, op. cit., 1998, p. 160.

¹² Não me proponho a analisar a questão da nacionalidade e nem sobre o mito fundador desse sentimento para os acreanos, apenas ressalto que os motivos, a princípio, são diferentes, para esses seringueiros e para os demais acreanos.

¹³ Os estudiosos que trataram sobre a Revolução Acreana são taxativos em afirmar que os brasileiros foram os primeiros ocupantes e que exploravam a seringueira. Dentre eles estão: MARTINELLO, Pedro. *A batalha da borracha*. Rio Branco, Editora da UFAC, 1988; TOCANTINS, Leandro. *A formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1979.

¹⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 163.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, op. cit., p. 115.

¹⁶ ANTONACCI, Maria Antonieta. “Atravesando el Atlántico: Españolas en São Paulo”. *Historia, Antropología y Fuentes Orales. Escenarios Migratorios*, nº 28, 3ª. Época, Barcelona, 2002.

¹⁷ O mesmo sindicato, em 1991, denunciou as precárias condições de vida desses trabalhadores na Bolívia, através de seu presidente, Osmarino Amâncio. Em seu discurso os denominou “Brasivianos ou Brasilianos”, por alusão aos Brasiguaios. *Jornal do Brasil*. 26.4.1992, p. 16. Caderno 1. Sobre essa temática, consultar: Márcia Anita Sprandel. Dissertação de mestrado. Museu Nacional. UERJ e a revista *Travessia*, set./dez. 1991. Os seringueiros entrevistados não se reconhecem como “brasivianos”. Na relação entre brasileiros e bolivianos, ambos tratam-se por patricios, que significa “estrangeiro”. Esse mesmo Sindicato, nos anos de 1970 e 1980, teve um papel definidor nas lutas dos seringueiros e trabalhadores rurais contra os desmatamentos e pelo fortalecimento dos Sindicatos. Os “empates” foram idealizados a partir desse Sindicato, que teve sua liderança, mais expressiva e conhecida nacionalmente, Wilson Pinheiro, assassinada no confronto com os fazendeiros da região.

¹⁸ SAYAD, Abdelmalek, op. cit., pp. 18-19.

¹⁹ HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte, Editora UFMG, Unesco, 2003.

²⁰ MARTINS, José de Souza, op. cit., p. 13.